

Perfil Econômico do Maranhão

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão¹
Airton Saboya Valente Júnior²

1. Introdução

O Maranhão possui território de 331,9 mil Km², ocupando a segunda maior dimensão espacial do Nordeste (1.554,3 mil km²), correspondendo a 21,4% da área total dessa Região. Em relação ao Brasil, classifica-se em oitavo lugar em extensão, respondendo por 3,9% da área do País (8.515,8 mil km²).

A regionalização federal do Maranhão obedece aos critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com o processo de transformação do espaço nacional e da estrutura produtiva, o que resultou em uma divisão do Estado em cinco Mesorregiões, subdivididas em 21 Microrregiões geográficas, onde estão inseridos seus 217 municípios.

O Estado é formado por dois biomas que caracterizam o território brasileiro, a Amazônia e o Cerrado e outros dois de transição, a Amazônia/Cerrado e a Caatinga/Cerrado, totalizando quatro biomas possuidores de uma diversificada e rica base de recursos naturais.

Com referência aos recursos hídricos, o Maranhão também pode ser considerado um território privilegiado. O Estado é cortado por rios perenes, extensos e abundantes, dentre eles o Itapecuru, o Mearim e o Munim. Destacam-se, ainda, as bacias hidrográficas do Gurupi, Turiaçu, Pericumã-Aurá, Parnaíba, Tocantins, Balsas, Pindaré e do Grajaú.

O Estado conta ainda com substanciais aquíferos subterrâneos, além de extenso litoral, que totaliza 640 km de extensão, o segundo do País. Referidos recursos naturais proporcionam ao Estado substanciais potenciais de desenvolvimento econômico e de fontes de renda.

O Maranhão possui o quarto maior PIB do Nordeste, ou seja, R\$ 78,5 bilhões em 2015, o que corresponde a 1,3% do total da economia brasileira (R\$ 5,9 trilhões em 2015) e 9,2% do total da economia do Nordeste (R\$ 848,5 bilhões em 2015).

A população do Maranhão alcançou 7,0 milhões de habitantes em 2017, correspondendo a 3,4% do total nacional (207,7 milhões de pessoas) e 12,2% do total do contingente populacional do Nordeste (77,3 milhões de habitantes). A densidade demográfica do Estado, 19,8 habitantes por km², é uma das menores entre as Unidades Federativas do País. No Brasil, tem-se 23,8 habitantes por km² no País e, no Nordeste, a densidade corresponde a 36,4 habitantes por Km². O IBGE projeta que o contingente populacional do Maranhão atingirá 7,4 milhões de pessoas em 2030.

Além da capital São Luis, principal centro econômico do Estado, o Maranhão possui municípios de porte médio localizados no interior, interligados por uma extensa malha de

¹ Economista, Gerente de Produtos e Serviços Bancários, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, BNB/ETENE.

² Economista, Gerente Executivo, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, BNB/ETENE.

estradas e também com ferrovias. Imperatriz é o segundo município mais populoso, um grande centro urbano no interior do Estado e entroncamento rodoviário, que cresceu com o movimento de produtos entre a Região Norte e outras regiões do País, contando com indústrias e serviços. Algumas cidades médias do interior, como Açailândia, Caxias e Bacabal, também se destacam em comércio e serviços de manutenção e reparação. Balsas é um importante centro agropecuário de produção e comercialização de grãos, onde estão instaladas uma grande esmagadora, lojas de fertilizantes, defensivos, escritórios de projeto e prestadoras de assistência técnica.

O território maranhense é cortado por oito rodovias federais, enquanto que as rodovias estaduais possuem um papel complementar à malha federal. A rede rodoviária do Estado possui um total de 58,3 mil km, incluindo os trechos planejados.

No transporte ferroviário, o Maranhão possui atualmente a melhor malha do Nordeste, especialmente devido à presença em seu território de parte (668 Km) da Estrada de Ferro Carajás (EFC), de propriedade da Vale, sendo uma das ferrovias de maior produtividade do Brasil, de bitola larga (1,60 m) e que é utilizada para o transporte de minérios desde as minas de Carajás-PA até o Porto de Itaqui.

Além da EFC, existem no Maranhão 215 Km da Ferrovia Norte Sul (FNS), também em bitola larga, compreendendo o trecho entre Estreito e Açailândia, na confluência com a EFC, bem como um dos poucos trechos em operação da ferrovia a cargo da concessionária Transnordestina Logística - TNL, antiga Companhia Ferroviária do Nordeste, que interliga a capital São Luís a Teresina-PI e Fortaleza-CE. O sistema ferroviário do Maranhão, notadamente a FNS e a EFC, possui potencial de atração de cargas oriundas da produção de grãos em todo o território dos cerrados brasileiros.

Um importante projeto ferroviário em estudo é a ligação da Nova Transnordestina, a partir de Eliseu Martins-PI, com a FNS, na cidade de Estreito, trecho este que seria fundamental para o adensamento da malha ferroviária nordestina e a diminuição dos custos logísticos da Região. Além da própria expansão da malha, é importante que sejam implantados terminais multimodais e ampliados os existentes em algumas cidades do Estado, especialmente naquelas que estão na confluência de diferentes modais, tais como Estreito, Imperatriz, Açailândia e Balsas.

No que diz respeito ao modal aquaviário, destaca-se um componente estratégico para a economia do Maranhão, o Complexo Portuário de Itaqui. Trata-se de um complexo formado pelo Porto Público de Itaqui e os terminais privados de Ponta da Madeira (Vale) e da Alumar, sendo o segundo maior complexo portuário em movimentação de carga do Brasil.

Pode-se afirmar que o complexo portuário é o principal indutor do desenvolvimento econômico e social do Maranhão, que tem investimentos previstos para os próximos anos em áreas como refino de petróleo, agronegócio, celulose, cimento e geração de energia, entre outros. Apesar de ter um histórico operacional recente satisfatório, o complexo portuário necessita permanentemente de novos investimentos, alguns dos quais já planejados ou em execução, que serão detalhados adiante.

Uma questão importante no componente aquaviário da infraestrutura de transportes do Maranhão refere-se ao seu sistema hidroviário. Além da Hidrovia do Tocantins, que está em operação e “tangencia” o território do Maranhão, existem outras hidrovias que, por diversos problemas, não têm tido seu potencial aproveitado. Especificamente a Hidrovia do Mearim/Pindaré (1.100 Km navegáveis) e a Hidrovia do Balsas (225 Km navegáveis), sendo que esta última interliga-se com a Hidrovia do Parnaíba e a Hidrovia do Itapecuru.

A impossibilidade de utilização dessas hidrovias em diversos trechos constitui um gargalo importante da infraestrutura do Maranhão, tendo em vista que a utilização das mesmas poderia contribuir de forma significativa para a diminuição dos custos logísticos, especialmente para os grãos produzidos no cerrado, que constituem um tipo de carga bastante adequada para o escoamento através desse modal.

Com relação ao transporte aéreo, o Maranhão possui dois aeroportos que são administrados pela Infraero e que possuem voos regulares, nas cidades de São Luís e Imperatriz.

A capacidade instalada de geração de energia elétrica do Maranhão é de 3.389 MW, correspondendo a 2,1% do total do Brasil. Ao todo, são 43 empreendimentos em operação, subdivididos em geração termelétrica, hídrica, eólica e solar, esta última de forma pontual, em ilhas não atendidas por rede de transmissão. Sobressai-se no Estado a termelétricidade, representando 73,9% da capacidade instalada estadual.

A hidroeletricidade, formada por duas usinas de fronteira (UHE Estreito, no rio Tocantins, e Boa Esperança, no rio Parnaíba), participa com 19,5%, e a fonte eólica com 6,5%. A geração eólica no Estado concentra-se nos municípios de Barreirinhas e Paulino Neves, sendo constituída por oito parques que formam o Complexo Eólico Delta 3.

Ainda de acordo com a ANEEL, está prevista para os próximos anos a adição de 100,5 MW na capacidade de geração do Estado, sendo quatro usinas eólicas (95 MW) e uma termelétrica (5,5 MW).

A geração de energia elétrica no Maranhão tem superado o consumo nos últimos anos. Desta forma, o Estado é exportador líquido de energia elétrica, tendo obtido superávit de 7.505 MW em 2017, cerca de metade do que gerou. A geração elétrica no Estado ocorre principalmente a partir de fontes fósseis, utilizando-se gás natural, carvão mineral e óleo combustível.

O Maranhão apresenta também potencialidades em energia solar. O Estado possui níveis elevados de irradiação solar, embora existam áreas do País com melhores indicadores. A título de comparação, o menor nível de irradiação no Maranhão é superior ao maior da Alemanha, país que atualmente detém a segunda maior capacidade instalada de geração solar no mundo.

Apesar do potencial econômico, o IDH do Estado é classificado como médio, 0,639 em 2010, estando situado em 26º entre as 27 Unidades Federativas brasileiras.

O Maranhão possui o quarto maior PIB do Nordeste, ou seja, R\$ 78,5 bilhões em 2015, o que corresponde a 1,3% do total da economia brasileira (R\$ 5,9 trilhões em 2015) e 9,2% do total da economia do Nordeste (R\$ 848,5 bilhões em 2015).

O PIB *per capita* atingiu R\$ 11,4 mil em 2015, abaixo do indicador médio do Nordeste (R\$ 15.626 em 2015) e correspondendo a aproximadamente um terço da média nacional (R\$ 29,3 mil em 2015).

O estoque de empregos formais no Maranhão alcançou 700.200 postos de trabalho, também a quarta posição entre as Unidades Federativas da Região, correspondendo a 1,5% do total Nacional (46.060.198 postos de trabalho) e 8,3% do total do contingente de empregados no Nordeste (8.436.203 postos).

A reanimação do mercado de trabalho foi um dos principais determinantes da relativa melhora na condição socioeconômica do estado maranhense, desde que o prolongado *boom* internacional de *commodities* passou a favorecer o desempenho econômico desse Estado, dotado de recursos naturais. A partir de 2002, além do crescimento do PIB, com maior robustez, aumentou a geração de empregos com carteira assinada, que contribuiu para a formalização de contratos de trabalho, como será estudado neste documento.

O presente informe detalha o desempenho da economia maranhense no período 2002-2015, utilizando os dados das Contas Regionais do Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E, em seguida, na segunda seção, é examinada a evolução do emprego de 2002 a 2016, a partir da compilação dos dados Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A terceira parte é constituída pelas considerações finais.

2. Desempenho da Economia Estadual

As duas últimas décadas presenciaram importantes transformações no Maranhão, seja na distribuição territorial da população ou nas relações de trabalho e, em particular, na estrutura produtiva do Estado. Vários fatores contribuíram para tais mudanças, em especial, os investimentos públicos em infraestrutura e inovações tecnológicas, que estimularam a atração de empresas privadas no agronegócio, em especial no complexo soja-milho-algodão-pecuária e as indústrias de transformação, com destaque para a extrativa mineral, papel e celulose, bebidas, alimentos e metalurgia.

Visando analisar o desempenho recente da economia maranhense, este capítulo tem como tema central o estudo do comportamento do Valor Adicionado Bruto (VAB), Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *per capita* do Maranhão, Nordeste e Brasil no período compreendido entre 2002 a 2015.

A metodologia adotada compila as estimativas das contas regionais e estaduais comparáveis entre si no tempo e no espaço e compatíveis com as Contas Nacionais do Brasil. Nesse sentido, o Valor Adicionado Bruto (VAB) representa a contribuição que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final da produção de um determinado território - distrito, município, estado, região ou país - em um dado período de tempo. O VAB é obtido do Valor Bruto da Produção (VBP) descontando-se o valor dos insumos utilizados no processo produtivo.

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos de um determinado território em um dado período de tempo, sendo a principal medida do tamanho total de uma economia. Descontam-se as despesas com os insumos utilizados no processo de produção.

O PIB per capita representa o PIB dividido pela população em um determinado território - distrito, município, estado, região, país - em um dado período de tempo.

2.1. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão alcançou R\$ 78,5 bilhões em 2015, sendo o quarto maior do Nordeste, correspondendo a 9,2% do total da economia regional. Em 2002, o PIB do Maranhão era de R\$ 44,5 bilhões, representando 8,0% do total da economia do Nordeste, de acordo com os dados da Tabela 1.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão registrou crescimento médio de 4,5% a.a. de 2002 a 2015, média superior ao incremento verificado no Nordeste (3,3% a.a.) e no Brasil (2,9% a.a.), em igual período. A economia maranhense apresentou, assim, a sétima maior expansão entre as Unidades Federativas do País no intervalo de tempo analisado, conforme disposto na Tabela 1.

Vale ressaltar que quando se considera a série histórica 2002-2015, o PIB maranhense apresentou taxas de crescimento acima da média do Nordeste e do Brasil, com exceção dos anos de 2006, 2008 e 2015.

No mesmo período em análise, o crescimento do PIB maranhense, de 76,4%, superou os resultados obtidos no Nordeste e no Brasil, cujas economias obtiveram incremento real de 53,4% e 45,4%, respectivamente. Percebe-se, portanto, que a taxa de crescimento do Maranhão, acima da média regional e nacional, possibilitou a elevação da participação do PIB desse Estado em relação ao PIB do Brasil para 1,3% por quatro anos consecutivos, isto é, de 2012 a 2015.

A expansão econômica foi impulsionada pelos investimentos públicos realizados em infraestrutura, em especial na expansão da geração e distribuição de energia elétrica e na construção de modais de transportes, com destaque para a implantação do complexo portuário de Itaqui, além da expansão da malha ferroviária no Estado.

Referidos investimentos contribuíram para atrair empresas privadas para o Maranhão, viabilizando os setores da agropecuária, da indústria e dos serviços, cabendo destacar o cultivo e processamento de grãos e de algodão, em conjunto com a expansão da pecuária e da silvicultura. É importante destacar ainda o incremento da indústria de transformação, com ênfase na metalurgia, celulose e papel, alimentos e bebidas.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto em 2002 e 2015 - Brasil, Regiões e Estados

UF	PIB (R\$ 2015)	Part. (%) no PIB do Brasil 2002	PIB (R\$ mil)	Part. (%) no PIB do Brasil 2015	Var. (%) em volume do PIB 2002 - 2015	
	2002		2015		Acumulada	Média ao ano
Tocantins	13.640	0,3	28.930	0,5	112,1	6,0
Mato Grosso	53.241	1,3	107.418	1,8	101,8	5,5
Piauí	21.235	0,5	39.148	0,7	84,4	4,8
Acre	7.518	0,2	13.622	0,2	81,2	4,7
Rondônia	20.385	0,5	36.563	0,6	79,4	4,6
Roraima	5.780	0,1	10.354	0,2	79,1	4,6
Maranhão	44.469	1,1	78.475	1,3	76,5	4,5
Amapá	7.869	0,2	13.861	0,2	76,1	4,5
Mato Grosso do Sul	48.819	1,2	83.082	1,4	70,2	4,2
Amazonas	51.404	1,2	86.560	1,4	68,4	4,1
Paraíba	33.431	0,8	56.140	0,9	67,9	4,1
Pará	78.947	1,9	130.883	2,2	65,8	4,0
Goiás	106.684	2,6	173.632	2,9	62,8	3,8
Espírito Santo	74.227	1,8	120.363	2,0	62,2	3,8
Distrito Federal	136.957	3,3	215.613	3,6	57,4	3,6
Ceará	83.162	2,0	130.621	2,2	57,1	3,5
Sergipe	25.846	0,6	38.554	0,6	49,2	3,1
Bahia	166.220	4,0	245.025	4,1	47,4	3,0
Pernambuco	106.813	2,6	156.955	2,6	46,9	3,0
Alagoas	31.854	0,8	46.364	0,8	45,6	2,9
São Paulo	1.352.745	32,8	1.939.890	32,4	43,4	2,8
Paraná	265.706	6,4	376.960	6,3	41,9	2,7
Rio Grande do Norte	40.803	1,0	57.250	1,0	40,3	2,6
Santa Catarina	178.151	4,3	249.073	4,2	39,8	2,6
Minas Gerais	379.478	9,2	519.326	8,7	36,9	2,4
Rio de Janeiro	502.853	12,2	659.137	11	31,1	2,1
Rio Grande do Sul	291.959	7,1	381.985	6,4	30,8	2,1
Nordeste	552.952	-	848.533	-	53,5	3,3
Brasil	4.124.162	100	5.995.787	100	45,4	2,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2018).

Vale frisar que ocorreram transformações fundamentais nas estruturas produtivas e sociais do País, e que favoreceram a Região Nordeste pela redução na desigualdade de renda e pobreza no período em análise. É importante mencionar, ainda, a crise financeira e econômica internacional iniciada em 2008, que repercutiu negativamente não apenas nas principais economias desenvolvidas, mas também nos países em desenvolvimento como o Brasil, cujos desdobramentos prolongaram-se na recessão econômica em 2015 e 2016.

A Tabela 2 apresenta a comparação da taxa de crescimento anual do PIB brasileiro antes e pós-crise. Verificou-se que no primeiro período (2002-2008), a taxa de crescimento média anual do PIB brasileiro foi de 4,2%, enquanto que no segundo (2009-2015), o índice de variação foi 2,1%, compreendendo os anos em que a crise financeira e econômica internacional repercutiu fortemente no País.

De forma similar, no período compreendido entre 2002-2008, a economia do Maranhão (+5,6%) apresentou o segundo maior crescimento real do PIB entre os estados do Nordeste e o

oitavo maior dentre as Unidades da Federação brasileira, conforme os dados especificados na Tabela 2.

Em 2008, nada obstante, o PIB do Maranhão obteve crescimento de 5,0%, abaixo da média do Nordeste (5,4%) e do Brasil (5,1%). No ano seguinte, em 2009, os efeitos da crise financeira internacional afetaram a economia maranhense, pois esta cresceu 0,6% em relação ao ano anterior. Porém, o PIB do Estado registrou forte recuperação em 2010, com crescimento de 8,2%, enquanto Brasil e Nordeste registraram expansão do PIB de 7,5% e 6,6%, respectivamente, no mesmo ano.

Quanto à participação do PIB no período 2009-2015, contudo, a economia maranhense apresentou crescimento de 4,0%, Tabela 2. Desta forma, permaneceu com o segundo maior crescimento entre os estados da Região e a sexta posição no ranking entre as vinte e sete Unidades Federativas do País, no período em análise.

Tabela 2 - Taxa de crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) - Brasil, Nordeste e Estados selecionados - 2002 a 2008 e 2009 a 2015

Unidades Federativas Brasil e Nordeste	Taxa de crescimento anual			
	2002 - 2008		2009 - 2015	
	%	Posição entre as Unidades Federativas	%	Posição entre as Unidades Federativas
Paraíba	4,3	19º	4,3	4º
Maranhão	5,6	8º	4,0	6º
Piauí	5,7	6º	3,7	10º
Ceará	4,6	14º	3,0	15º
Pernambuco	3,6	24º	2,7	16º
Alagoas	3,9	21º	2,3	18º
Rio Grande do Norte	3,2	25º	2,3	19º
Bahia	4,8	13º	1,8	23º
Sergipe	4,4	17º	1,7	24º
Nordeste	4,4		2,7	
BRASIL	4,2		2,2	

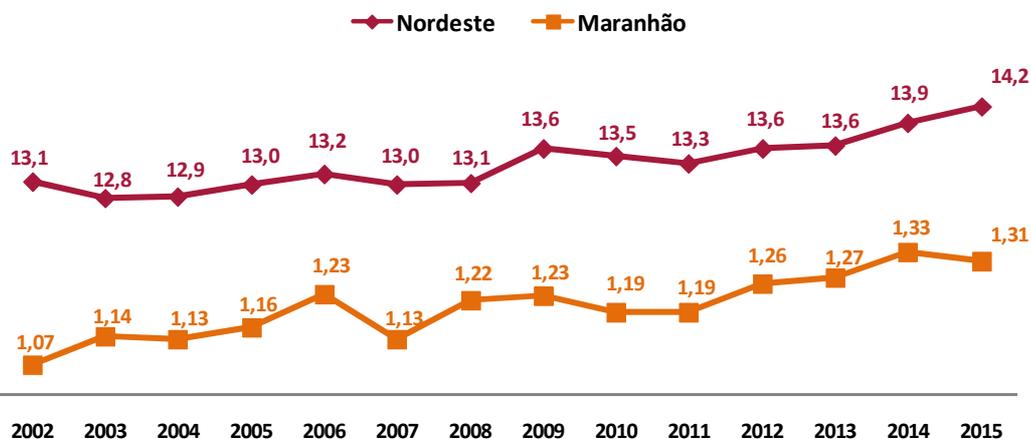
Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2018).

Quanto à representatividade econômica, a maioria dos Estados do Nordeste aumentou suas respectivas participações no total do PIB nacional, como já descrito na Tabela 1.

Especificamente em relação ao Maranhão, a economia desse Estado ganhou representatividade, aumentando para 1,31% em 2015 ante 1,07% em 2002, avanço de 0,23 ponto percentual, como mostra o Gráfico 1.

Dessa forma, o crescimento da participação do PIB maranhense em relação ao nacional foi o mais expressivo entre os Estados do Nordeste e o quinto maior quando se considera todas as Unidades Federativas do País. Contribuíram para esse ganho de participação as elevadas taxas de crescimento da economia maranhense no período, conforme mencionado anteriormente.

Gráfico 1 - PIB do Nordeste e do Maranhão em relação ao PIB do Brasil, 2002 a 2015 - Em %



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2018).

2.2. Municípios

Relativo à divisão municipal, em 2015, dez municípios maranhenses concentravam 57,4% do PIB estadual. Juntos, os estados abrigavam cerca de 32,3% da população total, de acordo com dados da Tabela 3. Entre os dez municípios com maiores PIB, São Luís apresentou a maior participação, 34,19% do PIB do Maranhão, com destaque para Serviços (R\$ 6,1 bilhões) e Indústria (R\$ 15,4 bilhões), 31,8% e 44,5% do VAB de Serviços e da Indústria do Maranhão, respectivamente.

As principais atividades econômicas, segundo o VAB, por ordem de importância em São Luís, eram: *Demais serviços*, *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* e *Construção*, conforme informações do IBGE.

Tabela 3 - Produto Interno Bruto, População e PIB *per capita* em 2015 – Maranhão e ranking dos municípios com os dez maiores e menores PIB do Estado

Ranking	Município	PIB, a preços correntes (R\$ 1.000)	% do PIB do Maranhão	População	% da População	Produto Interno Bruto per capita (R\$ 1,00)
1º	São Luís	26.832.481	34,19	1.073.893	15,6	24.986,18
2º	Imperatriz	5.964.890	7,60	253.123	3,7	23.565,19
3º	Balsas	2.629.706	3,35	92.144	1,3	28.539,09
4º	Açailândia	2.027.416	2,58	109.685	1,6	18.483,99
5º	São José de Ribamar	1.714.914	2,19	174.267	2,5	9.840,73
6º	Caxias	1.454.671	1,85	161.137	2,3	9.027,54
7º	Timon	1.344.276	1,71	164.869	2,4	8.153,60
8º	Santa Inês	1.144.137	1,46	83.238	1,2	13.745,37
9º	Bacabal	1.019.263	1,30	102.656	1,5	9.928,92
10º	Santo Antônio dos Lopes	933.361	1,19	14.253	0,2	65.485,25
208º	Central do Maranhão	35.954	0,05	8.447	0,1	4.256,47
209º	Luís Domingues	35.442	0,05	6.788	0,1	5.221,24
210º	Sucupira do Riachão	35.159	0,04	5.537	0,1	6.349,86
211º	São Roberto	34.496	0,04	6.529	0,1	5.283,50
212º	Benedito Leite	34.094	0,04	5.519	0,1	6.177,49
213º	Porto Rico do Maranhão	34.073	0,04	5.877	0,1	5.797,75
214º	Junco do Maranhão	33.244	0,04	3.431	0,0	9.689,36
215º	São Raim. Doca Bezerra	30.607	0,04	5.230	0,1	5.852,21
216º	Nova Iorque	30.491	0,04	4.592	0,1	6.639,99
217º	Bacurituba	28.796	0,04	5.511	0,1	5.225,15
PIB Total Maranhão		78.475.166	100,00	6.904.241	100,0	11.366,2

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2018).

2.3. Valor Adicionado Bruto

A estrutura do Valor Adicionado Bruto da economia maranhense, em 2015, revela maior concentração nos serviços e indústria. O setor primário tem menor peso comparativamente aos demais setores agregados, à semelhança dos perfis econômicos regional e nacional, conforme Tabela 4.

Tabela 4 - Composição setorial do PIB do Brasil, Nordeste e Maranhão - Em 2015

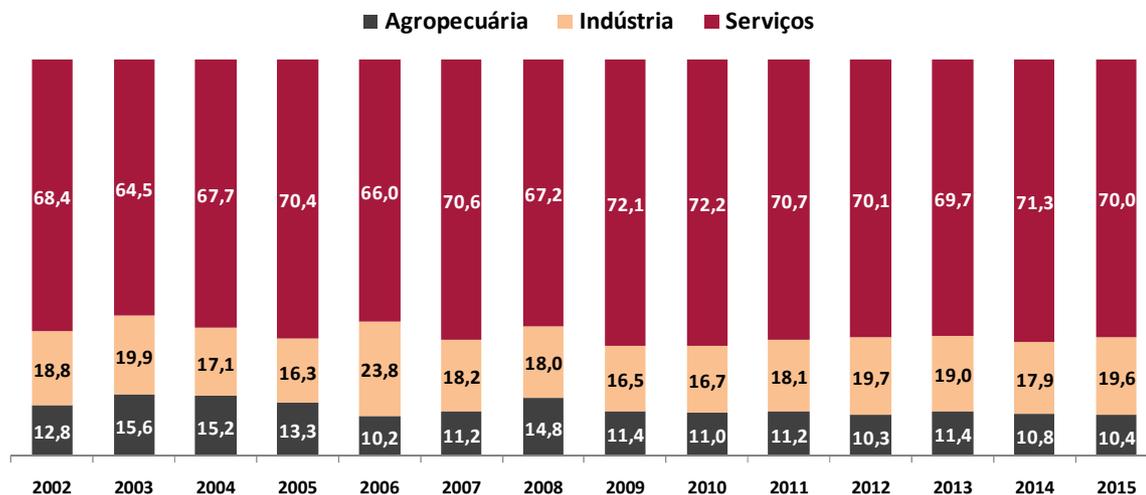
Unidade Geográfica	PIB R\$ milhões	Impostos R\$ milhões	VAB Total R\$ milhões	VAB R\$ milhões			
				Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública
Brasil	5.995.787	840.186	5.155.601	258.967	1.160.772	2.850.275	885.587
Nordeste	848.533	100.467	748.066	48.313	149.171	365.461	185.120
Maranhão	78.475	8.620	69.855	7.241	13.710	30.615	18.288

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2018).

No período 2002 a 2015, a desagregação por setor econômico do VAB também revela concentração das atividades econômicas do Maranhão no setor de serviços. Embora a participação desse segmento tenha oscilado ao longo da série estudada, a sua representatividade tem se mantido em um patamar superior a 60% do VAB estadual, tendo alcançando 70,0% em 2015. A indústria e a agropecuária se revezaram no segundo posto em termos de participação no VAB estadual no decorrer de 2002 a 2015. Contudo, o

somatório do valor agregado desses dois setores, isto é, agropecuária e indústria, se manteve inferior a 40% do VAB estadual em todo o período analisado (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Valor Adicionado Bruto da agropecuária, indústria e serviços do Maranhão - Em % - 2002 a 2015



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2018).

Na Tabela 5, seguem as especificações das composições do VAB do Maranhão, do Nordeste e do Brasil. Os serviços predominam, seguido da indústria e agropecuária nas três Unidades Federativas. A participação da agropecuária na economia do Maranhão é relevante, quando se confronta com as estruturas econômicas do Nordeste e do Brasil. A participação da indústria na economia brasileira supera os correspondentes do Nordeste e do Maranhão. Por sua vez, a contribuição dos serviços no VAB do Nordeste excede os correlatos no Brasil e no Maranhão.

Tabela 5 - Composição do Valor Agregado Bruto ⁽¹⁾ no Maranhão, Nordeste e Brasil em 2015 - R\$ milhões e %

[Tabela 5 - Composição do Valor Agregado Bruto no Maranhão, Nordeste e Brasil em 2015 - R\$ milhões e %]

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2018). Nota (1): A soma dos VABs setoriais e dos impostos equivale ao PIB.

Em relação à distribuição territorial, o VAB da economia maranhense se distribui de forma desigual, conforme as peculiaridades das atividades econômicas desenvolvidas em cada mesorregião do território desse Estado.

Dessa forma, o PIB do Maranhão concentra-se majoritariamente na Mesorregião Norte, que abrange a área metropolitana, tendo sido responsável por 48,3% do PIB Estadual em 2015. Composta por sessenta municípios, com 59,1% do estoque de trabalho formal do Estado, a atividade econômica da Mesorregião Norte do Maranhão é diversificada, com proporção maior nos setores de comércio e serviços. Na indústria, destacam-se a construção civil e a indústria de transformação, e no setor agropecuário sobressaem a avicultura, bovinocultura e suinocultura.

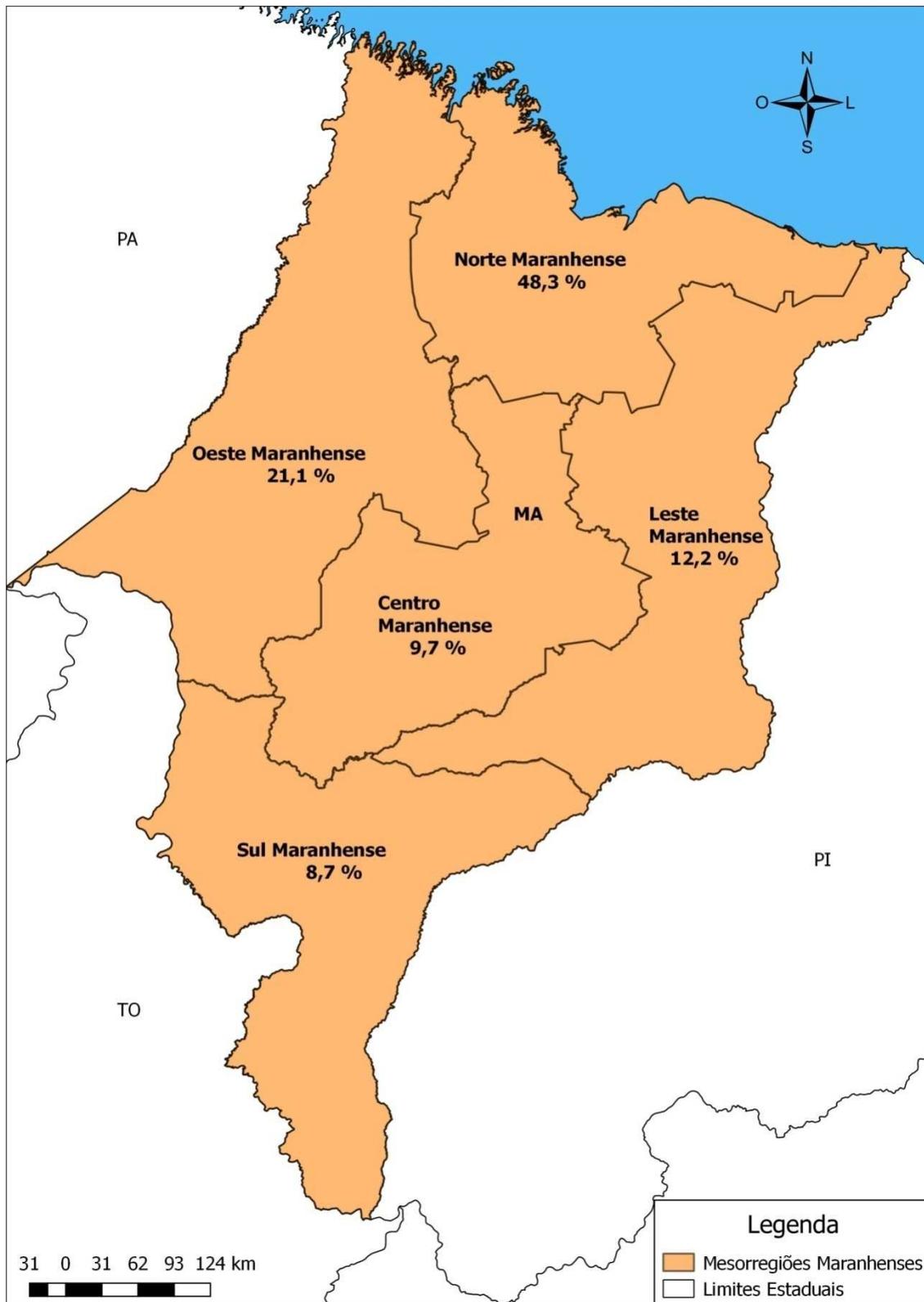
A Mesorregião Oeste do Maranhão, com 52 municípios, produziu 21,1% do PIB do Estado em 2015, concentrando 17,4% do mercado de trabalho formal estadual. Revela maior predominância nas atividades econômicas da indústria, com peso da construção civil e da indústria de transformação, agregada à produção de papel e celulose. Cabe notar o destaque da formação de riqueza gerada no município de Imperatriz, que participa com 7,6% do PIB Estadual, sediando o parque fabril da empresa Suzano Papel e Celulose.

O Leste do Maranhão participou com 12,2% do PIB do Estado em 2015. Composta por 44 municípios, detém 11,2% dos empregos gerados no Estado, com 78.237 postos de trabalho. As atividades econômicas mais dinâmicas são a indústria de transformação, seguida pelo setor agropecuário, com destaque para a produção de grãos, em especial, a soja, que participou com 18,8% do volume produzido de grãos no Estado em 2017.

O Centro Maranhense respondeu por 9,7% do PIB estadual em 2015. Formada por 42 municípios, a Mesorregião agregou 7,0% dos empregos formais do Estado. A estrutura da atividade econômica está pautada, especialmente, na indústria extrativa mineral e na pecuária.

A Mesorregião Sul Maranhense participou com 8,7% do PIB estadual em 2015, conforme especificado no Mapa 1. Embora composta por 19 municípios e com pouco mais de 5,3% do emprego formal do Estado, a Mesorregião concentra sua atividade econômica na indústria de transformação e agricultura, voltada, em grande parte, para o complexo soja, em especial nos municípios de Balsas e São Raimundo das Mangabeiras.

Mapa 1 - Participação das mesorregiões no PIB do Maranhão - 2015



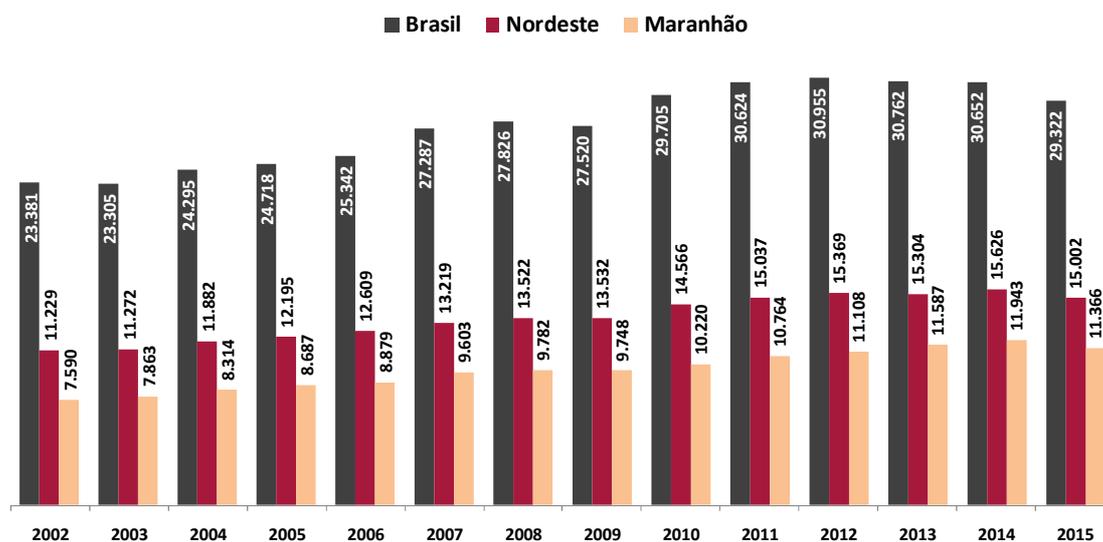
Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2018).

2.4. Produto Interno Bruto *per capita*

A evolução da população no tempo é um dos parâmetros relevantes para se caracterizar o nível de atração dos territórios. De fato, no período de 2002 a 2015, o crescimento médio populacional do Maranhão (+1,3% a.a.) foi o segundo maior entre os estados do Nordeste, superando o crescimento populacional dessa Região (+1,1% a.a.) e do Brasil (+1,1% a.a.). Em 2015, o Maranhão possuía 6,9 milhões de habitantes, o quarto maior estado da Região no dimensionamento populacional.

Considerando o crescimento populacional, a evolução do PIB *per capita* do Maranhão saltou de R\$ 7.590,4 em 2002, para R\$ 11.366,2 em 2015, significando crescimento de 49,7% em termos reais nesse período, tendo superado a expansão observada no Nordeste (33,6%) e no Brasil (25,4%), conforme especificado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Evolução do PIB *per capita* do Brasil, Nordeste e Maranhão - Em R\$ constantes - 2002 a 2015



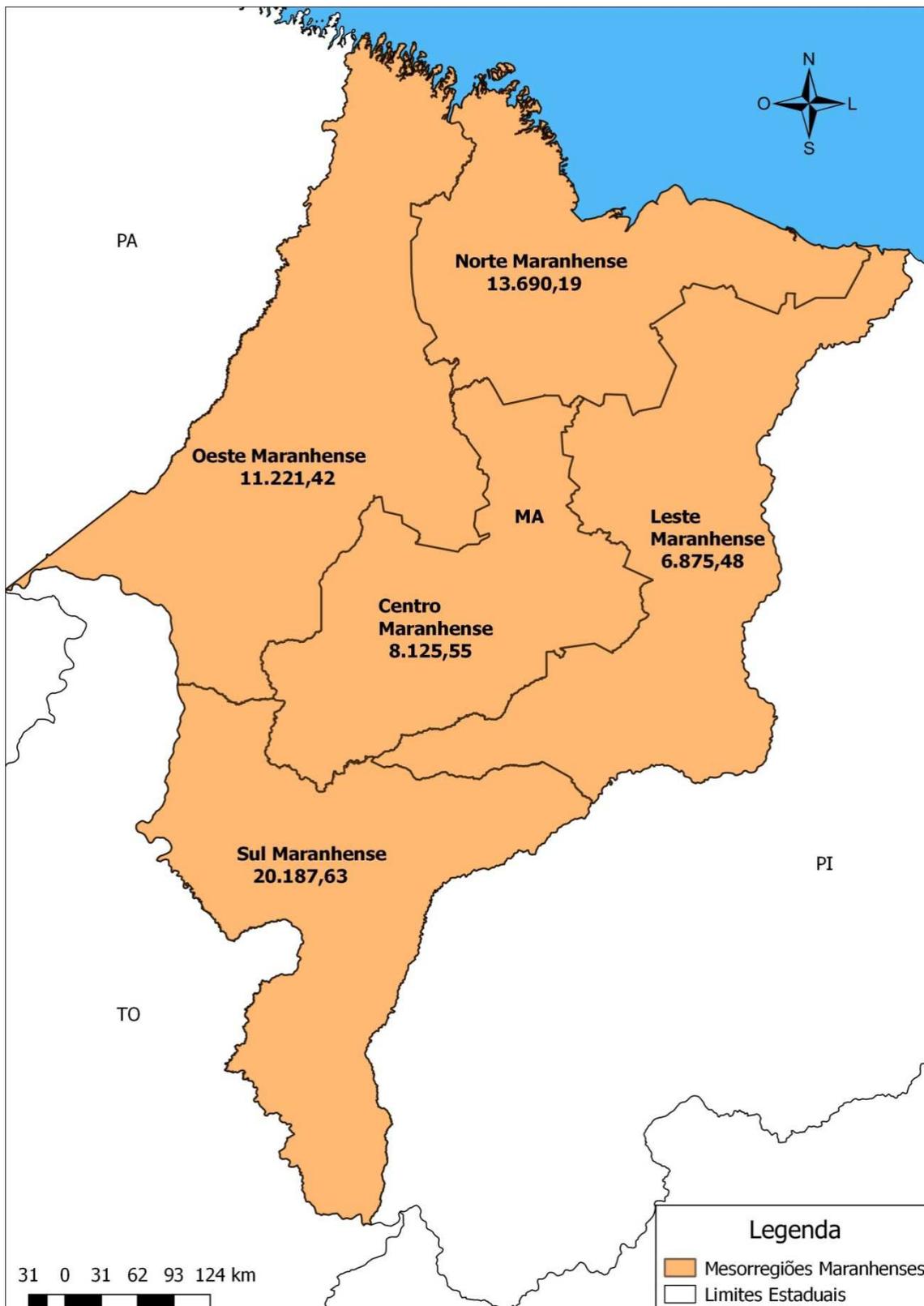
Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2018).

Desagregando-se o PIB *per capita* conforme as mesorregiões do Maranhão, verifica-se também a desigualdade da distribuição da riqueza gerada no Estado.

Conforme o Mapa 2, observa-se que o maior PIB *per capita* encontra-se na Mesorregião Sul Maranhense (R\$ 20.817,63), cujo nível de renda é influenciado pelo complexo soja-milho-algodão, e com menor contingente populacional, com 4,7% da população do Estado. Em seguida, tem-se o Norte Maranhense (R\$ 13.690,19), que possui a maior participação do PIB (48,3%) e da população (40,1%) do Estado.

O Oeste Maranhense possui o terceiro maior PIB *per capita* do Estado, ou seja, R\$ 11.221,42. Seguem o Centro Maranhense (R\$ 8.125,55) e por último, o Leste Maranhense, com R\$ 6.875,48.

Mapa 2 - PIB per capita por mesorregiões do Maranhão - 2015

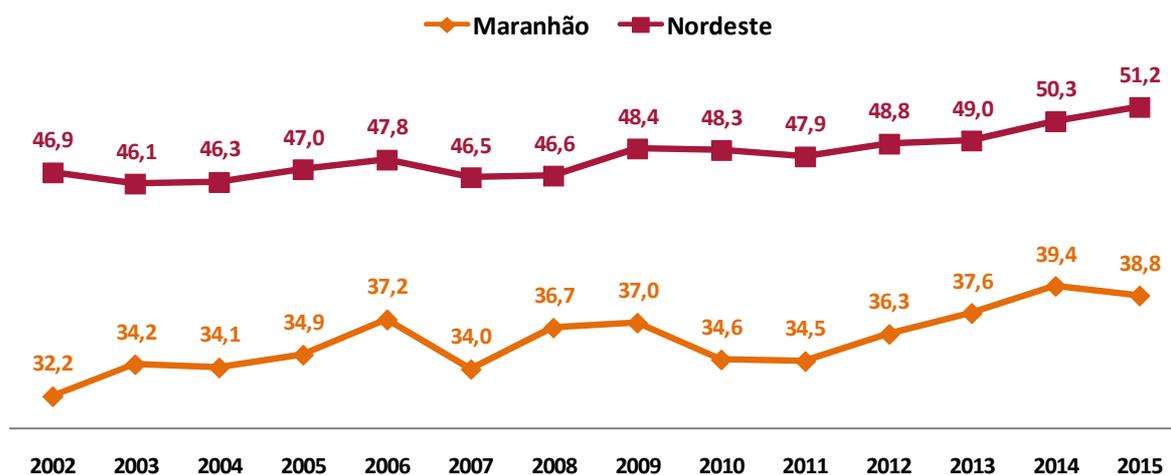


Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2018).

Para uma análise da desigualdade interregional, calculou-se a proporção entre os PIB *per capita* do Maranhão e do Brasil. Construiu-se também o indicador para a Região Nordeste, a fim de se determinar a desigualdade do Estado em termos regionais. É importante ressaltar que quanto mais próximo de 100%, menor é a diferença entre o PIB per capita do Estado (ou do Nordeste) em relação ao do País.

Assim, a relação PIB per capita do Nordeste, em relação ao PIB per capita do Brasil, aumentou de 46,9%, em 2002, para 51,2%, em 2015, incremento de 4,3 pontos percentuais, implicando a redução da desigualdade econômica do Nordeste em relação ao País. Por sua vez, a relação PIB per capita do Maranhão, em comparação ao PIB per capita do Brasil, passou de 32,2% para 38,8%, no período analisado, o que significou aumento de 6,4 pontos percentuais nessa medida, sinalizando, também, queda da desigualdade do Estado em relação ao País (Gráfico 4).

Gráfico 4 - PIB *per capita* do Nordeste e do Maranhão em relação ao PIB *per capita* do Brasil (Em %) - 2002 a 2015



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2018).

O Maranhão também reduziu a desigualdade em relação à Região, pois a relação entre o PIB *per capita* do Estado e o PIB *per capita* do Nordeste passou de 68,7% em 2002 para 75,8% em 2015. Esse resultado implica dizer que também ocorreu redução na desigualdade econômica entre o Maranhão e o Nordeste.

Portanto, a desigualdade entre o PIB do Maranhão e do Brasil, medida pela relação PIB *per capita* (Maranhão/Brasil), obteve redução entre 2002 e 2015. A manutenção da referida tendência será condicionada pelo fortalecimento das políticas regionais, de forma que o Maranhão possa ser beneficiado.

3. Mercado de Trabalho

3.1. Evolução do emprego formal - RAIS

Nesta primeira parte, analisa-se a evolução do número de estabelecimentos e do número de vínculos empregatícios por subsetor e porte do empreendimento, utilizando-se a base de dados fornecida pelo Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para os anos de 2002 e 2016. A RAIS registra o estoque de empregos formais na sua totalidade, diferentemente da PNAD Contínua realizada pelo IBGE, que se utiliza de amostra. Porém, a RAIS não apresenta o número de empregos informais nem o de pessoas desocupadas, uma vez que esses dois recortes não são objeto de sua base de dados.

O quantitativo de estabelecimentos no Estado do Maranhão apresentou crescimento de 137,3% no período de 2002 a 2016, passando para 45.925 estabelecimentos em 2016, ante 19.350 estabelecimentos, em 2002. Observou-se que a distribuição de empresas por setor permanece praticamente com a mesma estrutura, concentração de empresas nos setores de Comércio e Serviços, que somados, obtiveram participação de 81,7% em 2016 e 80,2% em 2002 (Tabela 6).

Tabela 6 - Maranhão: Distribuição dos estabelecimentos segundo setor econômico - 2002 e 2016

Setor	2002		2016		Var. (%)
	Estabelecimento	Part. (%)	Estabelecimento	Part. (%)	
Extrativa Mineral	51	0,3	84	0,2	64,7
Indústria de Transformação	1.298	6,7	2.630	5,7	102,6
S. I. U. P. ⁽¹⁾	192	1	162	0,4	-15,6
Construção Civil	1.110	5,7	2.232	4,9	101,1
Comércio	9.534	49,3	23.788	51,8	149,5
Serviços	5.983	30,9	13.751	29,9	129,8
Administração Pública	374	1,9	440	1	17,6
Agrop., extr. vegetal, caça e pesca	808	4,2	2.838	6,2	251,2
Maranhão	19.350	100	45.925	100	137,3
Nordeste	325.949		632.774		94,1
Brasil	2.447.865		3.921.448		60,2

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados de Brasil (2018b). Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Para o Maranhão, o estoque de empregos alcançou 329.935 postos de trabalho em 2002, com forte concentração na administração pública (44,7%). Em 2016, o estoque de empregos saltou para 700.200 vagas, aumento de 112,2% no período. Além desse incremento, o Maranhão apresenta uma nova configuração na distribuição setorial do mercado de trabalho (Tabela 7).

Tabela 7 - Distribuição dos vínculos empregatícios segundo setor econômico - 2002 e 2016

Setor	2002		2016		Var. (%)
	Vínculo	Part. (%)	Vínculo	Part. (%)	
Extrativa Mineral	590	0,2	1.557	0,2	163,9
Indústria de Transformação	21.322	6,5	38.564	5,5	80,9
S. I. U. P. ⁽¹⁾	5.602	1,7	5.730	0,8	2,3
Construção Civil	15.257	4,6	36.985	5,3	142,4
Comércio	51.045	15,5	149.122	21,3	192,1
Serviços	82.192	24,9	186.253	26,6	126,6
Administração Pública	147.440	44,7	263.755	37,7	78,9
Agrop., extr. vegetal, caça e pesca	6.487	2,0	18.234	2,6	181,1
Maranhão	329.935	100	700.200	100	112,2
Nordeste	4.859.397	4.859.397	8.436.203	8.436.203	73,6
Brasil	28.683.913	28.683.913	46.060.198	46.060.198	60,6

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados de Brasil (2018b). Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Assim, os segmentos de comércio e serviços, que respondiam por 40,4% dos empregos formais do Estado, juntos, empregando 133.237 pessoas no ano 2002, passaram a representar 47,9% dos empregos formais do Estado, fornecendo 335.375 postos de trabalho em 2016. Entre os subsetores, destacam-se a participação do volume de empregos do Comércio Varejista (17,4%) e Administração Técnica de Profissionais (7,9%) em 2016 (Tabela 8).

Vale salientar que a formação deste novo quadro ocorreu a partir dos investimentos nos setores de comércio e serviços, que por sua vez, são impulsionados pelo crescimento no consumo das famílias (IBGE, 2015).

Tabela 8 - Maranhão: Distribuição de emprego com vínculos empregatícios por setor e subsetores - 2002 e 2016

Subsetor	2002		2016		Var. (%)
	Vínculo	Part.(%)	Vínculo	Part.(%)	
Extrativa Mineral (A)	590	0,18	1.557	0,22	163,9
Indústria de Transformação (B)	21.322	6,46	38.564	5,51	80,86
Produção de minerais não metálicos	3.148	0,95	6.911	0,99	119,54
Indústria metalúrgica	4.702	1,43	4.359	0,62	-7,29
Indústria mecânica	124	0,04	1.250	0,18	908,06
Eletricidade e comunicação	108	0,03	329	0,05	204,63
Material de transporte	350	0,11	701	0,1	100,29
Madeira e imobiliário	3.314	1	1.953	0,28	-41,07
Papel e gráfica	1.980	0,6	2.346	0,34	18,48
Borracha, fumo e couros	684	0,21	1.651	0,24	141,37
Indústria química	1.871	0,57	4.737	0,68	153,18
Indústria têxtil	857	0,26	1.296	0,19	51,23
Indústria de calçados	23	0,01	12	0	-47,83

Alimentos e Bebidas	4.161	1,26	13.019	1,86	212,88
S. I. U. P. ⁽¹⁾ (C)	5.602	1,7	5.730	0,82	2,28
Construção Civil (D)	15.257	4,62	36.985	5,28	142,41
Comércio (E)	51.045	15,47	149.122	21,3	192,14
Comércio varejista	44.092	13,36	122.265	17,46	177,3
Comércio atacadista	6.953	2,11	26.857	3,84	286,26
Serviços (F)	82.192	24,91	186.253	26,6	126,61
Instituição financeira	3.787	1,15	6.384	0,91	68,58
Administração técnica profissional	19.586	5,94	55.696	7,95	184,37
Transporte e comunicações	13.655	4,14	30.160	4,31	120,87
Aloj. Comunic.	26.605	8,06	47.461	6,78	78,39
Médicos odontológicos, veterinários.	9.942	3,01	23.503	3,36	136,4
Ensino	8.617	2,61	23.049	3,29	167,48
Administração Pública (G)	147.440	44,69	263.755	37,67	78,89
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (H)	6.487	1,97	18.234	2,6	181,09
Total (A+B+C+D+E+F+G+H)	329.935	100	700.200	100	112,22

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados de Brasil (2018b). Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Quanto à remuneração média, no período de 2002 a 2016, os rendimentos registraram valorização real em todas as subatividades, com aumento expressivo para os rendimentos dos trabalhadores da Extrativa Mineral (+356,41%) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+107,5%), conforme as informações da Tabela 9. E, coincidentemente, no ano de 2016, os maiores rendimentos foram para dos trabalhadores de Serviços Industriais de Utilidade Pública (R\$ 6.133,32) e Extrativa Mineral (R\$ 4.989,75).

Tabela 9 - Maranhão: Remuneração média dos vínculos empregatícios segundo setor econômico - 2002 e 2016

Setores	Remuneração média		Var.(%)
	2002	2016	
Extrativa Mineral	1.093,26	4.989,75	356,41
Indústria de Transformação	1.573,84	1.826,77	16,07
S. I. U. P. ⁽¹⁾	2.955,11	6.133,33	107,55
Construção Civil	1.233,70	1.807,32	46,5
Comércio	934,04	1.494,97	60,05
Serviços	1.361,72	2.099,62	54,19
Administração Pública	1.939,90	2.966,81	52,94
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.180,15	1.517,55	28,59
Maranhão	1.584,72	2.291,31	44,59
Nordeste	1.600,23	2.276,45	42,26
Brasil	2.264,37	2.825,75	24,79

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados de Brasil (2018b). Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Em relação à distribuição dos estabelecimentos segundo, o porte da empresa³, no ano 2002, as microempresas e de pequeno porte representavam 80,9% e 15,0%, respectivamente. Enquanto que as empresas de grande (2,2%) e médio portes (1,8%) participavam com menos de cinco por cento do total de estabelecimentos no Maranhão. Em 2016, a concentração de empresas em micro e pequeno portes continua, além do crescimento de 144,1% e 116,3%, respectivamente, de forma considerável no período de 2002 a 2016, vide Tabela 10.

Tabela 10 - Maranhão: Distribuição dos estabelecimentos, segundo o porte da empresa - 2002 e 2016

Porte da Empresa	2002		2016		Var. (%)
	Unidades	Part. %	Unidades	Part. %	
Microempresa (ME)	15.661	80,9	38.233	83,3	144,1
Pequeno Porte (EPP)	2.904	15,0	6.281	13,7	116,3
Médio Porte	357	1,8	625	1,4	75,1
Grande Porte	428	2,2	786	1,7	83,6
Total	19.350	100	45.925	100	137,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados de Brasil (2018b). Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

A vocação econômica do Maranhão para os setores de comércio e serviços contribuiu para a instalação de 31.765 estabelecimentos com porte de microempresa e 4.987 estabelecimentos de pequeno porte, ou seja, 80,0% do total do número de estabelecimentos do Estado (Tabela 11).

Tabela 11 - Maranhão: Distribuição dos estabelecimentos, segundo porte e setor econômico – 2016

Setor	Microempresa (ME)		Pequeno Porte (EPP)		Médio Porte		Grande Porte		Total	
	Unidade	Part. %	Unidade	Part. %	Unidade	Part. %	Unidade	Part. %	Unidade	Part. %
Extrativa Mineral	54	0,1	23	0,4	5	0,8	2	0,3	84	0,2
Ind. de Transformação	2.010	5,3	492	7,8	65	10,4	63	8,0	2.630	5,7
S. I. U. .P. ⁽¹⁾	93	0,2	39	0,6	19	3,0	11	1,4	162	0,4
Construção Civil	1.734	4,5	367	5,8	54	8,6	77	9,8	2.232	4,9
Comércio	20.746	54,3	2.735	43,5	175	28,0	132	16,8	23.788	51,8
Serviços	11.019	28,8	2.252	35,9	259	41,4	221	28,1	13.751	29,9
Admin. Pública	111	0,3	47	0,7	25	4,0	257	32,7	440	1,0
Agropecuária	2.466	6,4	326	5,2	23	3,7	23	2,9	2.838	6,2
Subtotal	38.233	100,0	6.281	100,0	625	100,0	786	100,0	45.925	100,0
Part. (%) Porte do Total	83,3		13,7		1,4		1,7		100,0	

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados de Brasil (2018b). Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

³ O porte adotado está relacionado com o número de vínculos empregatícios por estabelecimento: a) Micro empresa - até 19 empregados; b) Pequena empresa - entre 20 e 99; c) Média empresa - entre 100 e 499; d) Grande empresa – acima de 500.

Em relação à distribuição de emprego, segundo o porte da empresa, no ano 2002, as firmas de grande e médio portes respondiam por 70,5% dos empregos formais do Estado, enquanto que as micro e pequeno portes ofereciam 29,5% das vagas totais do Estado. As oportunidades de trabalho aumentaram de forma considerável em todos os segmentos, e de forma especial nas microempresas, tendo saltado de 41.238 para 102.235 empregos formais entre 2002 e 2016, ou seja, crescimento de 147,9% no período (Tabela 12).

Tabela 12 - Distribuição dos vínculos empregatícios, segundo porte da empresa - 2002 e 2016

Porte da Empresa	2002		2016		Var. (%)
	Vínculo	Part. %	Vínculo	Part. %	
Microempresa (ME)	41.238	12,5	102.235	14,6	147,9
Pequeno Porte (EPP)	56.246	17	119.806	17,1	113
Médio Porte	25.232	7,6	42.853	6,1	69,8
Grande Porte	207.219	62,8	435.306	62,2	110,1
Total	329.935	100	700.200	100	112,2

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados de Brasil (2018b). Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

A concentração de vínculos empregatícios nos setores de comércio e serviços é mais expressiva nas microempresas (85.794 postos), empresas de pequeno (93.772 postos) e médio portes (29.357 postos) em 2016. Nas empresas de grande porte, verificou-se, em particular, maior participação de vínculos empregatícios do setor da administração pública (37,2%), ver Tabela 13.

Tabela 13 - Distribuição dos vínculos empregatícios, segundo porte e setor econômico – 2016

Setor	Microempresa (ME)		Pequeno Porte (EPP)		Médio Porte		Grande Porte		Total	
	Vínculo	Part. %	Vínculo	Part. %	Vínculo	Part. %	Vínculo	Part. %	Vínculo	Part. %
Extrativa Mineral	173	0,2	518	0,4	400	0,9	466	0,1	1557	0,2
Ind. de Transformação	5.691	5,6	9.948	8,3	4.435	10,3	18.490	4,2	38.564	5,5
S. I. U. P. ⁽¹⁾	251	0,2	847	0,7	1.389	3,2	3.243	0,7	5.730	0,8
Construção Civil	4.070	4,0	7.680	6,4	3.860	9,0	21.375	4,9	36.985	5,3
Comércio	54.547	53,4	49.181	41,1	11.892	27,8	33.502	7,7	149.122	21,3
Serviços	31.247	30,6	44.591	37,2	17.465	40,8	92.950	21,4	186.253	26,6
Administração Pública	439	0,4	1.016	0,8	1.836	4,3	260.464	59,8	263.755	37,7
Agropecuária	5.817	5,7	6.025	5,0	1.576	3,7	4.816	1,1	18.234	2,6
Subtotal	102.235	100,0	119.806	100,0	42.853	100,0	435.306	100,0	700.200	100,0
Part. (%) Porte do Total	14,6		17,1		6,1		62,2		100,0	

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados de Brasil (2018b). Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

3.2. Municípios

Dos 217 municípios, São Luís, com 331.233 postos de trabalho apresentou maior participação (47,3%) do estoque de empregos formais no Maranhão em 2016. Entre 2002 e 2016, a capital maranhense experimentou crescimento de 88,0% no estoque de trabalhadores

com registro na CLT, quando em 2002 era de 176.170 empregados, cerca de 53,4% do estoque total do Estado.

De acordo com a Tabela 14, verifica-se forte concentração para o conjunto dos dez municípios com maiores estoques de empregos formais em 2016, participando com 69,3% do total do Estado.

Ainda no ranking dos municípios com maiores estoques de empregados formais, destacam-se o município de Imperatriz, com participação de 7,2% do estoque do setor, empregando 50.295 trabalhadores - Imperatriz é o segundo município mais populoso, um grande centro urbano no interior do Estado e entroncamento rodoviário, que cresceu com o movimento de produtos entre a Região Norte e outras regiões do País, contando com indústrias e serviços.

É importante verificar também os setores econômicos que têm sido responsáveis por esse dinamismo do mercado formal dos municípios selecionados nas Tabelas 14 a 18. Desta forma, é possível averiguar que os setores preponderantes em vários municípios selecionados são Serviços e Comércio, detendo 47,9% dos empregos formais do Estado, além da Administração Pública (37,7%), atividade tipicamente urbana.

Embora, a Agropecuária (2,6%) apresente a menor participação do estoque de empregos do Estado em 2016, é um setor predominante em vários municípios das Mesorregiões Oeste e Leste Maranhenses. Também, tem se destacado em subespaços da Mesorregião Sul (como o município de Balsas) e do Norte Maranhense (município de São Luís).

Por outro lado, é fundamental também destacar que parte importante dos municípios selecionados tem a indústria de transformação como setor dominante, participando com 11,8% do estoque de empregos formais do Estado. Os municípios selecionados, sustentados em arranjos produtivos locais, mostram-se mais dinâmicos em termos de geração de emprego em todos os elos da cadeia produtiva.

Tabela 14 - Número de Vínculos Empregatícios dos 10 Principais Municípios do Estado do Maranhão, 2002 e 2016

Município - Maranhão	2002	Part. (%)	2016	Part. (%)	Var. (%) 2016 - 2002
São Luís	176.170	53,4	331.233	47,3	88,0
Imperatriz	22.331	6,8	50.295	7,2	125,2
São José de Ribamar	4.052	1,2	18.097	2,6	346,6
Balsas	6.652	2,0	17.074	2,4	156,7
Açailândia	7.277	2,2	16.719	2,4	129,8
Caxias	6.226	1,9	13.704	2,0	120,1
Timon	6.260	1,9	10.464	1,5	67,2
Santa Inês	6.187	1,9	9.769	1,4	57,9
Codó	4.136	1,3	9.180	1,3	122,0
Bacabal	4.015	1,2	8.546	1,2	112,9
Total 10 municípios	243.306	73,7	485.081	69,3	99,4
Outros	86.629	26,3	215.119	30,7	148,3
Maranhão	329.935	100,0	700.200	100,0	112,2

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados de Brasil (2018b). Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

É possível identificar, através dos dados da Tabela 15, a concentração do estoque de empregos para o setor agropecuário em Balsas (11,3%), Açailândia (9,9%) e Imperatriz (29,%). Dentro das fronteiras de cada município, pode ser verificado também um maior dinamismo econômico influenciado pelas atividades do Agronegócio, em especial, a produção de grãos em Balsas, bovinocultura em Açailândia, e de florestas plantadas em Imperatriz, repercutindo positivamente no mercado de trabalho local.

Vale mencionar que mediante a modernização das atividades ligadas ao agronegócio e o impulso dado pela crescente participação das commodities agrícolas na pauta de exportação do Estado, incentivam a expansão da fronteira agrícola do Maranhão.

Tabela 15 - Número de Vínculos Empregatícios dos 10 Principais Municípios do Estado do Maranhão, para o Setor Agropecuário – 2002 e 2016

Município - Maranhão	2002		Município	2016	
	Vínculo	Part. (%)		Vínculo	Part. (%)
Balsas	663	10,2	Balsas	2.065	11,3
São Luís	399	6,2	Açailândia	1.809	9,9
Açailândia	322	5,0	Imperatriz	537	2,9
Imperatriz	246	3,8	São Luís	457	2,5
Santa Inês	208	3,2	Bacabal	361	2,0
Bacabal	205	3,2	Codó	330	1,8
Codó	95	1,5	Caxias	198	1,1
Caxias	49	0,8	Santa Inês	180	1,0
Timon	48	0,7	São José de Ribamar	97	0,5
Pedreiras	19	0,3	Timon	47	0,3
Total 10 municípios	2.254	53,2	Total 10 municípios	6.081	33,3
Outros	4.233	65,3	Outros	12.153	66,7
Maranhão	6.487	100,0	Maranhão	18.234	100,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados de Brasil (2018b). Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

As mudanças no setor industrial, em grande parte, estimuladas pelas atividades ligadas à indústria de transformação e como também ao setor agropecuário, têm impactado no mercado de trabalho, e do mesmo modo, nas exportações do Maranhão. Municípios como São Luís, Imperatriz e Açailândia responderam por 27,2% do estoque de trabalhadores ligados ao setor industrial em 2016, conforme dados da Tabela 16. E, no valor das exportações do Estado, os três municípios responderam por 74,4%, ou seja, US\$ 2,25 bilhões, para o período de 2017.

Na Indústria de Transformação, com 46,6% do estoque da Indústria Geral, em 2016, destacam-se os municípios de: São Luís, com estoque de 12.466 trabalhadores, responde por 32,3% do setor no Estado; Imperatriz, com 4.260 empregados (11,0%); Timom, 1.428 trabalhadores (3,7%) e Caxias, estoque de 1.004 empregados (2,6%).

A Construção Civil, que participa com 44,6% do estoque do emprego na Indústria, é mais atuante nos seguintes municípios, em 2016: São Luís, com 63,3% da Indústria, emprega 23.413 trabalhadores; Imperatriz (6,6%), estoque de 2.446 trabalhadores; São José de Ribamar (5,7%), estoque de 2.210 empregados, e Paço do Lumiar, com 1.087 empregados (2,9%).

Na Indústria de Serviços e de Utilidade Pública, com participação de 6,9% dos empregos no setor industrial, cabe destacar, em 2016, São Luís (45,2%), com 2.588 empregados e Imperatriz (6,2%), com estoque de 356 empregados.

Para a Indústria Extrativa, que possui a menor participação (1,9%) no estoque de empregos da Indústria do Maranhão, São Luís (45,2%, 2.588 empregados) desponta com maior estoque, seguido por Imperatriz (6,2%, 356 empregados), São José de Ribamar (4,3%, 246 empregados) e Caxias (3,5%, 200 empregados).

Tabela 16 - Número de Vínculos Empregatícios dos 10 Principais Municípios do Estado do Maranhão, para o Setor da Indústria – 2002 e 2016

Município - Maranhão	2002		Município	2016	
	Vínculo	Part. (%)		Vínculo	Part. (%)
São Luís	10.998	25,7	São Luís	15.509	18,7
Imperatriz	2.708	6,3	Imperatriz	4.661	5,6
Açailândia	2.605	6,1	Açailândia	2.336	2,8
Timon	1.541	3,6	Timon	1.645	2,0
Codó	1.031	2,4	Codó	1.307	1,6
Caxias	711	1,7	São José de Ribamar	1.250	1,5
Bacabal	555	1,3	Caxias	1.204	1,5
Balsas	352	0,8	Itapecuru Mirim	1.066	1,3
Pedreiras	309	0,7	Balsas	871	1,1
São José de Ribamar	295	0,7	Paço do Lumiar	868	1,0
Total 10 municípios	21.105	49,3	Total 10 municípios	30.717	37,1
Outros	21.666	50,7	Outros	52.119	62,9
Total Maranhão	42.771	100,0	Total Maranhão	82.836	100,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados de Brasil (2018b). Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

O emprego formal do Comércio respondeu por 21,3% do estoque total de empregados do Maranhão em 2016. No peso da composição do emprego do setor, em 2016, destacaram-se os seguintes municípios, conforme dados da Tabela 17: São Luís (39,4%); Imperatriz (12,7%) Balsas (4,0%), São José de Ribamar (3,1%) e Santa Inês (2,8%).

No período de 2002 a 2016, entre as atividades econômicas, Comércio foi o setor com maior crescimento no estoque de empregados com registro em carteira, variação de 192,1%, de acordo com informações da Tabela 7. Esse setor foi beneficiado, tanto pelo ganho de renda dos trabalhadores no período em análise, proporcionado pela manutenção da estabilidade monetária, e, principalmente, pelo avanço real no salário mínimo, pelas transferências diretas de renda (que, sobretudo, dinamizaram o comércio em cidades médias e nas pequenas) e pela expansão do crédito, que impulsionou o consumo de bens duráveis.

Tabela 17 - Número de Vínculos Empregatícios dos 10 Principais Municípios do Estado do Maranhão, para o Setor do Comércio – 2002 e 2016

Município - Maranhão	2002		Município	2016	
	Vínculo	Part. (%)		Vínculo	Part. (%)
São Luís	23.873	46,8	São Luís	58.704	39,4
Imperatriz	7.953	15,6	Imperatriz	19.007	12,7
Balsas	2.146	4,2	Balsas	5.950	4,0
Santa Inês	1.752	3,4	São José de Ribamar	4.643	3,1
Caxias	1.531	3,0	Santa Inês	4.217	2,8
Timon	1.425	2,8	Timon	3.976	2,7
Açailândia	1.364	2,7	Caxias	3.911	2,6
Bacabal	1.329	2,6	Bacabal	3.520	2,4
Pedreiras	864	1,7	Açailândia	3.478	2,3
Codó	765	1,5	Codó	2.789	1,9
Total 10 municípios	43.002	84,2	Total 10 municípios	110.195	73,9
Outros	8.043	15,8	Outros	38.927	26,1
Maranhão	51.045	100,0	Maranhão	149.122	100,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados de Brasil (2018b). Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Convém destacar o maior peso relativo ao setor de Serviços, que correspondeu, em 2016, a 26,6% dos empregos formais no Estado. O crescimento econômico maranhense não foi homogêneo e possibilitou margem à concentração do emprego formal do setor na capital São Luís, que participa com 68,0% dos empregos formais do setor, com estoque de 126.581 empregados com registro em carteira. Em seguida, Imperatriz (8,5%), São José de Ribamar (3,4%); Açailândia (2,6%) e Balsas (2,0%) têm os maiores estoques de emprego, para a mesma base em análise (Tabela 18).

Tabela 18 - Número de Vínculos Empregatícios dos 10 Principais Municípios do Estado do Maranhão, para o Setor de Serviços – 2002 e 2016

Município - Maranhão	2002		Município - Maranhão	2016	
	Vínculo	Part. (%)		Vínculo	Part. (%)
São Luís	52.632	64,0	São Luís	126.581	68,0
Imperatriz	5.726	7,0	Imperatriz	15.743	8,5
Açailândia	2.098	2,6	São José de Ribamar	6.370	3,4
Caxias	1.052	1,3	Açailândia	4.884	2,6
Santa Inês	985	1,2	Balsas	3.685	2,0
Timon	951	1,2	Bacabal	2.618	1,4
Bacabal	857	1,0	Caxias	2.543	1,4
Balsas	752	0,9	Timon	2.264	1,2
Pedreiras	543	0,7	Santa Inês	1.843	1,0
Codó	516	0,6	Codó	1.088	0,6
Total 10 municípios	66.112	80,4	Total 10 municípios	167.619	90,0
Outros	16.080	19,6	Outros	18.634	10,0
Maranhão	82.192	100,0	Maranhão	186.253	100,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados de Brasil (2018b). Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

4. Considerações Finais

Maranhão passou por um amplo processo de transformação. Os diferentes indicadores econômicos e sociais analisados mostraram importante avanço, o que se traduziu em melhoria no bem-estar da população.

É importante enfatizar que a economia maranhense apresentou uma evolução expressiva ao longo da última década, tendo seu PIB e PIB *per capita* crescido acima da média nacional e do Nordeste, permitindo reduzir as desigualdades inter-regionais.

Ao mesmo tempo, as políticas sociais implementadas permitiram a inclusão e ascensão sociais de expressivo contingente de pessoas. O conjunto dessas políticas contribuiu para a ampliação do mercado de trabalho e o fortalecimento do setor produtivo, gerando um círculo virtuoso de desenvolvimento. O Estado do Maranhão foi beneficiado por esses resultados, em que pese a crise econômica que atingiu o País em anos recentes.

Apesar dos expressivos avanços verificados nos indicadores econômicos e sociais, é fundamental reconhecer que existem desafios a serem vencidos nos próximos anos. O PIB *per capita* do Estado, R\$ 11,4 mil em 2015, ainda é inferior ao do Nordeste (R\$ 15,0 mil em 2015) e pouco mais de um terço do nacional, que alcançou R\$ 29,3 mil no mesmo ano. O IDH do Maranhão (0,639 em 2010) ainda permanece abaixo da média para o Nordeste (0,660 em 2010) e da média nacional (0,726 em 2010).

Nesse contexto, as estratégias a serem elaboradas e implementadas devem levar em conta um complexo quadro social e econômico delineado em um território que sofre crescente pressão ambiental causada por atividades humanas. A diminuição do ritmo de crescimento da população no Maranhão é reflexo da redução das taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, por efeito do processo de urbanização da população, da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, dos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida da população.

Outro aspecto importante diz respeito ao processo de localização espacial da população, marcado pela crescente concentração nos centros urbanos. Embora a taxa de urbanização do Estado seja uma das menores da Região e do País, atualmente quase 60% da população estadual reside nessas áreas. O Norte, a menor mesorregião em extensão, concentra 40,0% dos habitantes estaduais.

Em paralelo à concentração espacial da população verifica-se, também, a manutenção da concentração das principais atividades econômicas do Estado. O Cerrado tem despontado como nova fronteira agrícola, onde modernos sistemas de produção estão sendo empregados, e tendo a soja despontado como o principal produto de exportação do Maranhão. Contudo, a Mesorregião Norte, que abrange a área metropolitana de São Luis, concentra 48,3% do PIB estadual. Algumas das novas dinâmicas econômicas e os novos eixos de articulação produtiva reforçam o processo de concentração econômica e populacional nos principais centros urbanos.

No que se refere à estrutura produtiva do Estado, os serviços responderam por 73,6% do Valor Adicionado Bruto estadual em 2015, com elevada participação das atividades de administração pública e do comércio. Se por um lado tem ocorrido um processo de modernização do setor terciário, por outro lado, referida estrutura reflete uma pequena base produtiva. O setor industrial se expandiu recentemente, mas ainda assim, gerou menos de 20% do Valor Adicionado Bruto estadual em 2015, precisamente 19,9%.

Embora o Estado tenha começado a desenvolver o segmento metalúrgico, a indústria ainda está concentrada em segmentos tradicionais, de intensidade tecnológica classificada como baixa ou média, a exemplo das indústrias alimentícias e de bebidas, celulose e papel, além da construção civil. Apesar do crescimento e diversificação do mercado de trabalho, em conjunto com o número de empresas formalmente registradas, expressivo contingente populacional está ocupado informalmente no setor agropecuário, obtendo reduzida remuneração.

Registre-se que o setor agropecuário respondeu por apenas 6,5% do valor agregado estadual em 2015, implicando dizer que parte da agropecuária estadual ainda é de subsistência.

É indiscutível o surgimento de modernos modelos de produção agropecuários, especialmente no cerrado maranhense, com o conseqüente avanço obtido na produtividade de diferentes atividades, a exemplo da produção de grãos, de algodão e na pecuária de corte. Contudo, parte dessa atividade ainda é explorada de forma rudimentar.

O quadro de questões a serem enfrentadas remete à necessidade de se estabelecer uma estratégia de desenvolvimento focada em ao menos três grandes diretrizes. Primeiramente, é fundamental a manutenção dos programas sociais para que a redução da pobreza e a inclusão social prossigam de forma acelerada. Também, referidas políticas permitem ampliar o mercado consumidor local, que por sua vez, é indutor do desenvolvimento local.

Além disso, torna-se fundamental intensificar os investimentos em infraestruturas físicas, de forma que se possa criar um ambiente atraente para a geração de novos negócios no Estado, além de contribuir para melhorar o bem-estar da população.

É importante, ainda, se desenvolver ações que promovam a formação de capital humano, buscando-se melhorar os níveis de qualificação da força de trabalho. A mão de obra adequadamente preparada cria as bases para a formação de um ambiente inovador e amplia a produtividade da economia, favorece uma melhor distribuição da renda e possibilita maior mobilidade social.

As ações voltadas para ampliar a qualificação da força de trabalho devem, necessariamente, contemplar a ampliação e melhoria da qualidade do ensino básico, reduzindo o analfabetismo e promovendo a cidadania. As iniciativas devem, ainda, buscar ampliar a formação técnica e profissional, de forma a qualificar a população para ingressar no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, F. J., Bernardo, T.R.R., Ximenes, L.J.F. e Valente Junior, A.S. (orgs.) (2015). *Perfil Socioeconômico do Maranhão*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2018a). Projetos de investimento por setor e divisão econômica. In: *Rede Nacional de Informações sobre Investimento - RENAI*. Disponível em: <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1407503664.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego (2018b). *Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Empregos formais no Brasil e Nordeste 2000 e 2016*. Brasília, DF, 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2018). *Contas regionais do Brasil 2002-2015*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MARANHÃO. Secretaria de Comunicação e Secretaria de Estado do Desenvolvimento. Indústria e Comércio do Governo de Maranhão (2018). *O Maranhão e a nova década: oportunidades e desafios*. Disponível em: http://www.ma.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/Maranhão_novadecada.pdf. Acesso em: 14 mai. 2018.

PETROBRÁS (2018). *Refinaria Premium I*. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-premium-i.htm>. Acesso em: 15 mai. 2018.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO (2018). *Relatório anual 2012*. Disponível em: http://www.snic.org.br/relatorio_anual_dinamico.asp. Acesso em: 16 mai. 2018.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves. Gerente de Ambiente: Tibério Rômulo Romão Bernardo. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente Executivo: Airton Saboya Valente Junior. Equipe Técnica: Allisson David de Oliveira Martins, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire e Liliane Cordeiro Barroso. Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra Carvalho. Revisão Vernacular: Hermano José Pinho. Estagiário: Rodrigo Fernandes Ribeiro. Jovem Aprendiz: Yago Carvalho Lima.

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.